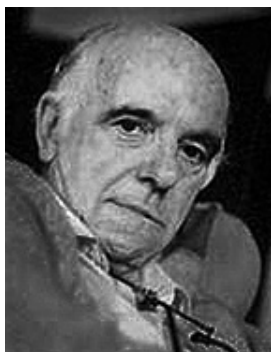


# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>



**Cintra, Luís Filipe Lindley** (Espariz, Tábua, 1925 – Sesimbra, 1991)

Filho de um reservado funcionário do Banco de Portugal e de uma senhora hispano-inglesa de humor inconstante, foi estudante notável no Liceu Camões, tendo recebido o prémio nacional dado aos alunos mais bem classificados. Dada a sua proficiência em línguas estrangeiras, e aconselhado a ir para a Faculdade de Letras, por causa da escassez de bons docentes nesta área (e a evitar Direito, campo onde não se faria sentir a falta de professores ou advogados), Lindley Cintra ingressa no curso de Filologia Românica em 1942. Embora tivesse cultivado bastante a autoformação, muito alimentada pela biblioteca do então Centro de Estudos Filológicos (actualmente, Centro de Linguística da Universidade de Lisboa), foram marcantes na formação de Cintra em literatura portuguesa Hernâni Cidade e Vitorino Nemésio, enquanto na linguística o professor convidado alemão Harri Meier teve o papel mais decisivo. Toda a actividade de Cintra no ensino superior, enquanto discente e docente, foi desenvolvida na Faculdade de Letras: aqui se licenciou em 1946 e se doutorou seis anos mais tarde em Filologia Românica; foi assistente entre 1950 e 1960, professor extraordinário entre 1960 e 1962 e catedrático desde este ano em diante. Criou o Departamento de Linguística (hoje Departamento de Linguística Geral e Românica) no quadro de uma reestruturação departamental da Faculdade de Letras, em 1975, e reformou o Centro de Estudos Filológicos, no ano seguinte. Dirigiu o *Boletim de Filologia* e a nova série da *Revista Lusitana*, foi membro de várias organizações científicas, de que se destacam, em Portugal, a Academia Portuguesa da História e a Academia das Ciências de Lisboa, e fora, a Academia Espanhola de História e a Academia de Buenas Letras de Barcelona.

Lindley Cintra licenciou-se com a tese *O ritmo na poesia de António Nobre*, que, embora fosse lembrada pelo próprio autor como um estudo pré-estruturalista, não deixa de conter uma reconhecida componente histórica: “O facto da maioria dos poemas do Só (...) estarem datados permite-me ligar ao estudo dos versos em si próprios a história do seu emprego” [Cintra 2002: 30]. Depois, o fascínio romântico que a Idade Média exercia sobre ele e o atractivo de fazer edições críticas contribuíram para a decisão de estudar a *Crónica Geral de Espanha* com o objectivo de fazer uma investigação linguística. Adicionalmente, a escolha deste tema para o doutoramento terá sido condicionada por um motivo *déjà vu* depois do que o fez optar

pelo curso de Filologia Românica – a profusão de professores e investigadores no campo da literatura e a relativa escassez no da Linguística [org. Faria 1999: 38-39].

Tendo começado como um projecto de edição e estudo linguístico do manuscrito da Academia das Ciências de Lisboa da *Crónica Geral de Espanha*, o resultado acabou por ser, como previsto, uma edição (até hoje insuperada) do texto e, como imprevisto, uma história das origens da historiografia medieval portuguesa, feita sob a orientação de Ramón Menéndez Pidal. Aos 23 anos, Cintra publicou o primeiro trabalho desta etapa do seu percurso intelectual, “Sobre o *Sumário de Crónicas até ao ano de 1368* da Biblioteca Real de Madrid”, *Boletim de Filologia*, Lisboa, IX, 1948, p. 299-320. Percebendo-se já aqui algumas das principais linhas de força do seu pensamento histórico, elas encontram-se maximamente representadas na sua tese de doutoramento, a qual, primeiro sob a forma original de trabalho académico e depois publicada, é a obra mais imponente e com mais impacto que nos deixou. A introdução é “um modelo de como Cintra praticava o método filológico em estado natural, sem referência a teorias, nem apoio de técnicas de análise, para além de uma aturada observação dos factos, cujas conexões eram descobertas pela via da intuição e do bom senso” [Castro 1993: 154-155]. A ideia, assim apresentada, de que Cintra praticava o método filológico em estado natural permite compreender a alegação, feita pelo próprio Cintra, de que não teorizava. Com efeito, a sua afirmação desconcertante “Simplesmente, trabalhava sobre materiais e deixava-me conduzir por eles até onde me levavam” [org. Faria 1999: 27] pode fornecer dele uma imagem errada como investigador e dar uma impressão enganadora da filologia como modo de reflexão. Para acertar a imagem e a impressão, vale a pena lembrar as três perguntas formuladas por Wolfgang Mommsen a que o trabalho de Lindley Cintra responde afirmativamente: “a) Foram as fontes pertinentes utilizadas e o último estágio de investigação foi tomado em consideração? b) Até que ponto estes juízos históricos se aproximaram de uma integração óptima de todos os dados históricos possíveis? c) Os modelos explícitos ou subjacentes de explicação são rigorosos, coerentes e não contraditórios?” [apud Le Goff 1984: 167]. Para a verificação da resposta afirmativa a estas perguntas na obra maior de Cintra, constata-se uma preocupação de partida com a delimitação do *corpus* de trabalho, mas também um alargamento relacional. Na verdade, a transcrição rigorosa do códice da Academia das Ciências andou a par de uma selecção ampla do *corpus*, dada a percepção da natureza ibérica da família de textos com que lidava. Ainda antes da permanência em Madrid, onde realizou investigação para o doutoramento com uma bolsa do Instituto de Alta Cultura, é de supor que os princípios da Gramática comparada das línguas românicas, ministrada por Harri Meier, lhe tenham inculcado o gesto da comparação como uma peça-chave na abordagem de um qualquer *corpus* textual. No caso específico da *Crónica Geral*, à comparação entre manuscritos castelhanos e portugueses seguiu-se o levantamento e anotação das variantes significativas. Foi a análise destas variantes que levou Cintra a tomar consciência da existência de erros de tradução do português nos manuscritos castelhanos, não havendo, simetricamente, erros de tradução do castelhano nos manuscritos portugueses (embora Cintra faça deste reconhecimento uma consequência da sorte, a

verificação da existência dos erros em causa só é possível com sólidos conhecimentos de linguística histórica). A partir desta verificação gerou-se a hipótese de que a *Segunda Crónica Geral* fosse um texto originalmente redigido em língua portuguesa que tinha sido vertido para castelhano. Tratava-se, como Cintra veio a demonstrar, de uma refundição da *Primeira Crónica Geral*, mas redigida em português e depois traduzida em duas versões castelhanas independentes [org. Faria 1999: 40-41]. A intrincada questão das origens da historiografia peninsular teve por isso um contributo decisivo da parte de Cintra, que, além de resolver a questão da prioridade portuguesa ou castelhana no que diz respeito à *Segunda Crónica Geral*, atribuiu a autoria da sua compilação ao Conde D. Pedro, de Barcelos – também responsável pela compilação do *Livro de Linhagens* e do Cancioneiro trovadoresco antecedente do Cancioneiro da Ajuda – e renovou o conhecimento das fontes de vários textos de carácter historiográfico da Idade Média peninsular.

O *corpus* de eleição estudado por Cintra permitiu uma reflexão prática aturada sobre conceitos de história textual como fonte, variante (e variante ampliada), testemunho, interpolação, refundição e, claro, texto, conceitos estes que assim ganharam uma densidade que raramente tinham tido até meados do séc. XX em Portugal.

A proficiência filológica de Cintra, que Mattoso diz aliada a “um sólido conhecimento do contexto e da factologia históricas” [org. Faria 1999: 580], também se manifestou noutros textos, como por exemplo nas versões da lenda de Ourique. Um estudo detido das redacções subsistentes da lenda levou-o a distinguir três etapas: primeiro, da data da batalha até ao final da primeira metade do séc. XV, vai sendo elaborado um relato de carácter tradicional que deixa marcas ou expressão desenvolvida nas crónicas gerais alfonsinas e em textos que delas decorrem; numa segunda etapa, a lenda passa por uma modificação profunda, protagonizada pelo episódio da aparição de Cristo, de que dá testemunho a *Crónica de 1419*, modelo de textos posteriores; a terceira etapa vê a lenda ser submetida a novas alterações e ganhar forma cristalizada pelos historiadores alcobacenses do séc. XVII.

No domínio da documentação não-literária, que Cintra também explorou, produziu a tese de concurso para professor extraordinário sobre *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo* (publicada em 1959) e analisou documentação portuguesa do século XIII. A edição e estudo dos foros de Castelo Rodrigo interessam, enquanto publicação de fontes, a historiadores da língua, do direito e da cultura. Território pertencente ao reino de Leão até 1296, só na sequência do tratado de Alcanices, em 1297, é que ficou integrado em definitivo em Portugal – oportunidade para Cintra visitar a proposta que Alexandre Herculano formulara, ao sugerir que Castelo Rodrigo tivesse sido colonizado com habitantes de aquém do Côa [apud Cintra 1984: XV]. O texto dos foros interessa a quem procure estudar um documento do falar vivo, mas é também detentor de indícios de como se processou o repovoamento na parte ocidental do reino de Leão [Cintra 1984: XIX]. Outra incursão na documentação não-literária por parte de Cintra – a recensão, classificação e análise ortográfica dos primitivos documentos escritos em português – revelou outro tipo de convocação da História. Os principais precursores de Cintra neste domínio tinham sido historiadores e

paleógrafos, assim João Pedro Ribeiro e Pedro de Azevedo, e, enquanto colaborador do próprio Cintra, Rui de Azevedo. A importância do cruzamento do eixo sincrónico e do eixo diacrónico vê-se no cuidado de Cintra em agrupar os documentos por regiões (uma das manifestações da atenção que deu à geografia linguística) e por tipologias. É curioso como em Cintra, que se revê como empirista, Celso Cunha vai encontrar o praticante inconsciente de um modelo que incorpora uma pluralidade de factores: a região onde foi elaborado o documento, o responsável material pela sua escrita, as correntes ortográficas disponíveis que condicionam a prática do notário ou escrivão [org. Faria 1999: 27]. A análise da grafia, auxiliada pela caracterização da escrita e das tintas, conduziu Cintra a uma série de conclusões que, segundo Ana Maria Martins, revolucionou “o estado dos conhecimentos sobre os mais antigos textos escritos em português” [org. Faria: 491]. Assim, num percurso paralelo ao de Avelino de J. Costa, o Auto de Partilhas (1192) e o Testamento de Elvira Sanches (1193) foram consideradas por ele cópias tardias, o que deu um novo protagonismo à chamada Notícia de Torto, documento do mosteiro do Vairão que, lado a lado com o Testamento de Afonso II, passou a ser tomado como o mais antigo documento redigido em Português [org. Faria 1999: 491].

No que diz respeito à periodologia da língua portuguesa, Cintra parece seguir com poucos desvios a compartimentação proposta por terceiros (Pilar Vásquez Cuesta e Maria Albertina Mendes da Luz, *Gramática Portuguesa*, vol. I, Madrid, 1971, p. 202). Um desses desvios consistia em não tomar a batalha de Aljubarrota (1385) como sinalizador do chamado período médio. Ciente, mais uma vez sem teorias, de que o tempo tem séries não-coincidentes em aspectos diferenciados da vida humana (e que, portanto, política e língua não evoluíam necessariamente a par), defendia nas aulas, como lembra Ivo Castro, que o período médio começava na geração seguinte à de Aljubarrota, “quando um padrão linguístico baseado nos dialectos do centro do reino começa a esboçar-se, quando uma prosa moderna começa a ser escrita pelos da Íncrita Geração e seus próximos” [org. Faria 1999: 368]. Note-se também, no terreno da história da língua portuguesa, o trabalho que escreveu sobre as formas de tratamento, a que historiadores como Vitorino Magalhães Godinho deram atenção.

Consideradas as áreas em que Cintra teve intervenção maior (literatura historiográfica medieval, linguística românica e dialectologia), é no primeiro campo que se pode perceber o impacto maior. Cintra achou que a sua tese de doutoramento tivera mais alcance fora de Portugal do que dentro [org. Faria 1999: 50], sendo certo que obteve reconhecimento no seu país, designadamente no âmbito da Academia Portuguesa da História, e sobretudo na geração seguinte, conforme atesta o louvor por parte de vários colegas portugueses, como Teresa Amado, que considerou o seu estudo sobre a *Crónica Geral de Espanha* “um dos trabalhos mais importantes do século para a história literária da nossa Idade Média”, ou Luís Krus, para quem a *Crónica Geral de Espanha de 1344* foi “exemplarmente estudada por Cintra” [Krus 1993: 189]. José Mattoso pensa que as relações entre textos e testemunhos dos principais livros de linhagens portuguesas medievais foi definida de modo persuasivo por Cintra, que também foi convincente na



# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

demonstração de que os antes designados *Livros III* e *Livro IV de Linhagens* são duas versões da compilação organizada pelo Conde D. Pedro de Barcelos e de que a principal fonte desta compilação é o *Liber Regum*, organizado em Navarra no séc. XIII [org. Faria 1999: 565]. Metodologicamente, Mattoso vê em diferentes trabalhos seus um contributo relevante para a renovação da historiografia portuguesa graças ao modo como convoca a crítica textual, reputado instrumento *sine qua non* para a “interpretação correcta de textos e documentos medievais” [org. Faria 1999: 33].

Mas foi no seio da escola pidaliana que o impacto terá começado por ser mais notável e, neste quadro, o leitor mais atento parece ser Diego Catalán, que, não obstante distanciar-se das propostas de Cintra em alguns aspectos, reconhece a importância capital do seu estudo. Assim, por exemplo, Catalán não subscreve em 1962 a hipótese de que o Conde D. Pedro tenha estado associado à tradução da IVª *Crónica Breve* [1962: 212]. De facto, apesar de Cintra atribuir a D. Pedro a iniciativa de tradução ligeiramente ampliada (ou de ter mandado traduzir e ampliar) os capítulos consagrados na *Crónica de Once Reyes* à história de Portugal (o que gerou a IVª *Crónica Breve* preservada num testemunho quatrocentista), Catalán encontra na própria obra de Cintra vários dados e comentários que não o levam a subscrever esta hipótese [1962: 286, nota 76]. Acima de tudo, Catalán crê que Cintra classificou de maneira exacta todos os manuscritos que tomou em conta, quer os portugueses quer os espanhóis, tendo proposto um esquema genealógico convincente [1962: 292], e afirma que, depois da argumentação de Cintra, é necessário abandonar o ponto de interrogação que o filólogo português colocara no título do seu capítulo V “y afirmar simplesmente”: “O conde D. Pedro de Barcelos, autor da *Crónica de 1344*”. [1962: 302]. Trinta anos mais tarde, em nova revisão da matéria, Diego Catalán diz que meio século passado sobre os trabalhos inaugurais de Menéndez Pidal, Cintra modificou o estado da questão através de vários contributos muito relevantes, dando um retrato cronologicamente mais apertado da actividade refundidora a que foi submetida a cronística alfonsina, destacando-se que a CGE de 1344 teve como fonte uma versão galego-portuguesa da Crónica General [Catalán, 1992, p. 94-95].

Em matéria política, como refere Luís Prista, pode estabelecer-se um vínculo entre o ideário progressista de Cintra e o seu papel no *Atlas Linguístico da Península Ibérica*, um projecto tutelado por Menéndez Pidal que levou o filólogo português em 1953 e 1954 ao “contacto directo com o povo de todas as regiões de Portugal” [org. Faria 1999: 27]. A experiência dialectológica foi um poderoso indutor de consciência social e política, que se cimentou com o seu protagonismo na crise académica de 1962 e que prosseguiu sob diferentes formas de participação cívica e política.

**Bibliografia activa:** “Les anciens textes portugais non littéraires. Classement et bibliographie” *Revue de Linguistique Romane*, XXVII, Strasbourg, 1963, 40-58; [edição crítica de] *Crónica Geral de Espanha de 1344*, Lisboa: Academia Portuguesa da História, 1951, 1954, 1961, 1990 [reimpressão Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1983-1990]; *A Linguagem dos Foros de Castelo Rodrigo. Seu confronto com os foros de*

# DICIONÁRIO DE HISTORIADORES PORTUGUESES

DA ACADEMIA REAL DAS CIÊNCIAS AO FINAL DO ESTADO NOVO

<http://dichp.bnportugal.pt/>

*Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Coria, Cáceres e Usagre. Contribuição para o estudo do leonês e do galego-português do séc. XIII*, Lisboa: Centro de Estudos Filológicos, 1959 [reimpressão Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984]; “Observations sur l’orthographe et la langue de quelques textes non littéraires galiciens-portugais de la seconde moitié du XIIIe siècle”, *Revue de Linguistique Romane*, XXVII, Strasbourg, 1963, 59-77; *O ritmo na poesia de António Nobre*, edição de Paula Morão, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2002; *Sobre «Formas de Tratamento» na Língua Portuguesa (Ensaio)*, Lisboa: Livros Horizonte, 1972; Isabel Hub Faria (org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*, Lisboa: Cosmos / FLUL, 1999, p. 75-300

**Bibliografia passiva:** Teresa Amado, “Luís Filipe Lindley Cintra”, [www.ahlm.es](http://www.ahlm.es); Ivo Castro, “Cintra, Luís Filipe Lindley Cintra”, *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani Lisboa: Caminho, 1993, p.154-155; Diego Catalán, *De Alfonso X al Conde de Barcelos*, Madrid: Gredos, 1962; Id., *La Estoria de España de Alfonso X. Creación y Evolución*, Madrid: Seminario Menéndez Pidal, 1992; Isabel Hub Faria (org.), *Lindley Cintra. Homenagem ao homem, ao mestre e ao cidadão*, Lisboa: Cosmos / FLUL, 1999; Vitorino Magalhães Godinho, *Estrutura da Antiga Sociedade Portuguesa* [1971], 3ª ed., Lisboa: Arcádia, 1977; Luís Krus, “Crónica Geral de Espanha de 1344”, *Dicionário de Literatura Medieval Galega e Portuguesa*, organização e coordenação de Giulia Lanciani e Giuseppe Tavani Lisboa: Caminho, 1993, p.189-190; Jacques Le Goff, “História” (trad. Irene Ferreira), *Enciclopédia Einaudi*, vol. I, Memória-História, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1984, p. 158-259; Luís Prista, “Luís Filipe Lindley Cintra”, [Instituto Camões](http://www.instituto.camoes.pt)

João Dionísio